

A produção textual em livros didáticos de Português Língua Estrangeira/ Português Língua Segunda

Madalena Teixeira ¹

Resumo: A realidade escolar portuguesa tem vindo a alterar-se progressivamente com a entrada de alunos estrangeiros nas escolas portuguesas – 120 nacionalidades, sendo 36 730 alunos do 1º Ciclo (DGIDC, 2005). E os resultados obtidos, pelos alunos, num estudo levado a cabo pela DGIDC (2008), mostram que as maiores dificuldades radicam ao nível da produção de texto. Ora, num ambiente onde impera a diversidade cultural, afigura-se essencial analisar em que medida os manuais de PLE/PL2 contribuem para ultrapassar esta lacuna.

Abstract: Portuguese Scholar reality is changing with the progressive new income of foreign students in Portuguese schools - 120 different nationalities, belonging 36 730 students to primary school (DGIDC, 2005). Moreover, results obtained by students, in a DGIDC research (2008), show that their biggest difficulties are focused in writing text. In an environment where cultural diversity is increasing, it is essential to analyze the contributions of scholar books of Portuguese as a foreign language and of portuguese as a second language in order to get over this situation.

Introdução

Cientes das necessidades curriculares, linguísticas e de integração de alunos, estrangeiros, em escolas portuguesas, consideramos que o manual escolar é um suporte fundamental, na medida em que contribui para não só para a aquisição de conhecimentos, métodos e hábitos de trabalho e estudo, mas também para a formação do indivíduo no que respeita à construção de um conhecimento baseado na preservação de valores morais e cívicos, sem discriminação étnica, religiosa e social, como é referido na circular nº 7/2000 do DEB.

Assim, julgamos essencial que os manuais escolares de português língua estrangeira/português língua segunda – PLE/PL2 - sejam alvo de avaliação, de modo a potenciarem o desenvolvimento de competências de oralidade, de leitura, de escrita e de conhecimento explícito da língua, promovendo a articulação e integração desses mesmos alunos nos *curricula* nacionais.

A par deste contexto, e tendo em conta que

Os resultados nacionais indicam que é nos parâmetros C – coerência e pertinência da informação, D – estrutura e coesão do texto produzido e G – utilização

¹ Doutora em Linguística, no ramo de Linguística Aplicada pela Universidade de Lisboa – Portugal. Professora Adjunta, lecionando Linguística e Didática do Português no Instituto Politécnico de Santarém.

adequada da pontuação que se registam as mais baixas percentagens de respostas [...] (Relatório Nacional, 2005, p. 29)

cremos que o ensino da escrita é merecedor de um destaque particular.

Pelos motivos expostos, são objectivos deste estudo averiguar se os manuais de PLE/PL2, para uma faixa etária que se situa entre os seis e os nove anos, estão em conformidade com os descritores de desempenho do *Nível A1* constantes no *Q.E.C.R.* e se potenciam a “desejada” articulação com o *Currículo Nacional*, no que refere à promoção do desenvolvimento de competências de escrita.

Do manual escolar e do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (Q.E.C.R.) ao Novo Programa de Português para o Ensino Básico

No que refere aos manuais escolares, consideramos ser fundamental a existência de critérios orientadores² da elaboração de manuais escolares, que se rejam por princípios não só científicos e pedagógicos, mas também, linguístico, concetual, de articulação e conformidade com os *curricula*, de adequação ao desenvolvimento de competências – gerais, específicas e facilitadoras de uma integração na vida activa de um qualquer cidadão -, informando adequadamente e de modo perceptível à faixa etária a que se destina, primando pela coerência, seja escrita, seja em imagens, destacando sempre valores que se revelam a partir da não discriminação de etnias, culturas, religiões e sexo e da ausência de propagandas ideológicas, religiosas e políticas.

Quanto ao Q.E.C.R. e com a finalidade de clarificar o desenvolvimento da competência comunicativa, o “documento” apresenta descritores de desempenho que pretendem contribuir para caracterizar os diferentes níveis de proficiência – do nível A1 ao nível C2.

Com efeito, se tivermos em atenção, no Nível A1, (desenvolvido com base em Breakthrough/Proficiência Formulaica – WILKINS, 1972) (Introductory/Proficiência Introdutória - Trim)³, *Aspectos qualitativos do uso da linguagem*, verificamos no item dedicado à *coerência* que o falante pertencente a este Nível “É capaz de ligar palavras ou grupos de palavras com conectores lineares muito simples como ‘e’ ou ‘então.” (p. 58), no item relativo à *produção escrita geral* observa-se que o sujeito “É capaz de escrever expressões e frases simples.” (p. 96), “É capaz de escrever expressões e frases simples acerca de si próprio e de pessoas imaginárias – onde vivem e o que fazem.” (p. 97), na *interacção escrita geral*, o aprendente dever ser “capaz de pedir ou transmitir, por escrito, informações pessoais pormenorizadas”, na *correspondência* já “É capaz de escrever um postal simples e pequeno.” (p.124), em *notas, mensagens e formulários*, “É capaz de escrever números e datas, nome, nacionalidade, morada, idade, data de nascimento

2 Cf. Diário da República, 2ª série, nº 249 – 27 de Dezembro de 2007.

3 Cf. Conselho da Europa. (2001).

ou de chegada ao país, etc., como nas fichas de registo dos hotéis.” (p.124) e no item *processar um texto*, pretende-se aferir se que o indivíduo “É capaz de copiar palavras isoladas e pequenos textos impressos normalmente.” (p.140). Ou seja, espera-se que os aprendentes usem conectores, ainda que simples, escrevam postais, embora simples e pequenos, e copiem textos.

Relativamente ao Programa (TEIXEIRA et al, 2009, p.16), observamos que a escrita é entendida como

o resultado, dotado de significado e conforme à gramática da língua, de um processo de fixação linguística que convoca o conhecimento do sistema de representação gráfica adoptado, bem como processos cognitivos e translinguísticos complexos [...].

Assim, um aluno ao concluir o 1º Ciclo de Ensino Básico, deve ser capaz de:

“Recorrer a técnicas para registar, organizar e transmitir a informação; utilizar processos de planificação, textualização e revisão, utilizando instrumentos de apoio, nomeadamente ferramentas informáticas; escrever, em termos pessoais e criativos, diferentes tipos de texto, como forma de usufruir do prazer da escrita; produzir textos de diferentes tipos em português padrão, com tema de abertura e fecho, tendo em conta a organização em parágrafos e as regras de ortografia e pontuação.”(TEIXEIRA et al, 2009, p. 26).

Deste modo, e parafraseando o Novo Programa de Português (TEIXEIRA et al, 2009) o ponto fulcral da aprendizagem da escrita articula-se, não só com a aprendizagem da leitura e com as suas (in)correspondências entre o som e o grafema, mas também com a compreensão de distintas funções da escrita, às quais somos tentados a acrescentar, e do mundo.

O manual em análise

Com o intuito de atingir os objetivos propostos no início deste trabalho, optou-se por analisar um manual escolar de PLE/PL2, para falantes alfabetizados numa faixa etária que se situa entre os 6 e os 9 anos de idade, no que concerne à promoção do desenvolvimento de competências de escrita. Esta análise teve por base os critérios de avaliação de manuais utilizados pela Comissão Nacional de Avaliação e os descritores de desempenho preconizados pelo Q.E.C.R.

O manual em estudo foi selecionado de acordo com o critério do mais comercializado no país, durante o ano de 2009, sendo designado como *Manual A*.

Após análise efectuada ao Manual verificam-se, entre outros, dois aspectos muito importantes:

a) a não conformidade com os descritores constantes no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Q.E.C.R. – para o nível A1, uma vez que o manual não apresenta registos onde se promovam as seguintes competências: 1) competência comunicativa - i) âmbito linguístico geral (“Tem um leque muito elementar de expressões simples sobre pormenores pessoais e necessidades de uma natureza concreta”. Q.E.C.R., 2000, p. 158); ii) domínio do vocabulário (não há descritor disponível no Q.E.C.R., mas considera-se manifestamente insuficiente a promoção de desenvolvimento do capital lexical, neste manual. Não se verificam actividades que se prendam com momentos de elaboração de listas de palavras, de famílias de palavras, de mapas semânticos, de áreas vocabulares, entre outras possíveis); iii) Correção gramatical (“Mostra apenas um controlo limitado de algumas estruturas e formas gramaticais simples, que pertencem a um repertório memorizado.” p.163); iv) domínio ortográfico (“É capaz de copiar palavras e pequenas expressões que lhe são familiares, p. ex.: sinais simples ou instruções, nomes de objectos do dia-a-dia, nomes de lojas e expressões utilizadas regularmente. É capaz de soletrar a sua morada, nacionalidade e outras informações pessoais deste género.” p.168); 2) competência sociolinguística (“É capaz de estabelecer contactos sociais básicos, utilizando as fórmulas de delicadeza do quotidiano mais simples: saudações, despedidas, apresentações, dizer por favor, obrigado(a), desculpe(a), etc.” p.173); 3) competência pragmática – i) fluência na oralidade (“É capaz de produzir enunciados muito curtos, isolados e geralmente estereotipados, fazendo muitas pausas para procurar expressões, articular palavras que lhe são menos familiares e para remediar problemas de comunicação.” p.183). A “tomada de palavra”, o “desenvolvimento temático” e a “coerência e a coesão” são itens para os quais não há descritores disponíveis, mas que se torna claro, pelas observações indicadas anteriormente, que o manual não potencia o desenvolvimento dos mesmos;

b) outro aspecto reporta ao facto de este manual estar «...destinado a crianças do ensino básico entre (6-9 anos).» e não se verificar articulação com o *currículum* definido para os 4 primeiros anos de escolaridade, no que refere ao desenvolvimento da competência escrita, nem das restantes 4 competências constantes nos Programas de Português para o Ensino Básico – compreensão oral, expressão oral, leitura, escrita e conhecimento explícito da língua – e das competências específicas indicadas no *Currículo Nacional do Ensino Básico* – modo oral, modo escrito, conhecimento explícito da língua.

Como exemplo de algumas das situações indicadas anteriormente, destacamos as pp.82 e 83 onde se pode observar a história «Grandes nomes portugueses», “contada” através de banda desenhada, em que é feita referência ao «... Infante Dom Henrique...», ao «...rei Dom Manuel...», a Camões, a dois cantores e a dois jogadores de futebol. Considera-se que se o texto tem como título “Grandes nomes portugueses”, não deveria mudar o enfoque para a aprendizagem de profissões, ainda que estas sejam coincidentes com nomes conhecidos, como é o caso de um dos cantores e dos dois jogadores de futebol. Além disso, as profissões de fotógrafa, de pintor e de professor parecem ter “sido atiradas

para o texto”, uma vez que surgem “desgarradas” do restante texto, registrando-se uma coesão e coerência textuais com pontos de fragilidade - vejam-se as vinhetas 7 e 8. Salienta-se ainda que a placa que Salpicos traz ao pescoço regista um erro ortográfico, que apesar de “Manuel” alertar para a sua correcção, a imagem permanece igual; o leitor fica exposto ao erro, sem que a imagem apresente a correcção necessária. Igualmente, não se entende a razão de “Infante” estar escrito com maiúscula e “rei” com minúscula, uma vez que infante, assim como “rei”, não são nomes próprios.



Na mesma página, a designação da profissão fadista, embora esteja correcta, deveria ser feita com reservas, ou então fazer-se acompanhar de uma clarificação, explicitando que “fadista” é o nome que se dá a uma cantora de fado. Caso contrário, e uma vez que Rui Veloso é cantor de música ligeira, os alunos poderão ser levados a pensar que esta última profissão se pode designar como “ligeirista”, o que não é correcto. Cantora é que é. Fadista é alguém que canta um determinado tipo de música. Sublinha-se também o facto de se referir Rui Veloso, dizendo que é famoso, mas não é dito qual é a profissão. Ele também é cantor; portanto, esta ocorrência pode potenciar duas situações de imprecisão. A profissão de fotógrafa não é ilustrada claramente por nenhuma imagem, uma vez que a câmara fotográfica que Isabel tem ao pescoço, nesta história, é um “acessório” que a acompanha em todas as outras imagens do *Manual*.

Também nesta página, a própria expressão escrita tem de ser revista, indicando o texto constante falta de coesão e de coerência textual.

Considerações finais

Pela dimensão deste estudo, adianta-se, desde já, que não há a intenção de generalizar este resultado a demais manuais de PLE/PL2. Há, isso sim, a pretensão de promover um momento de reflexão sobre um conjunto de factores que condicionam o ensino e a aprendizagem do português.

De sublinhar, ainda, que, sendo a aprendizagem da escrita um processo tão complexo e necessário, deve registar-se articulação entre os textos reguladores da prática pedagógica de alunos de PLE/PL2, ou seja, entre os manuais e o *curricula*. Note-se que os alunos são avaliados, sobretudo, através da escrita e veja-se que os resultados esperados, no desenvolvimento desta competência, no final do 1º Ciclo, em muito pouco combinam com o *Manual A*. Neste ponto não se pode deixar de referir, também, que se observa um distanciamento entre o Q.E.C.R. e os *curricula*, no que concerne à produção textual.

Igualmente importante, é a formação contínua de professores. Um manual escolar, claro está, não “serve” todos os alunos de uma mesma turma, ou de turmas distintas, pois todos têm dificuldades e necessidades diferentes. E neste ponto, o professor tem um papel fundamental e decisivo, uma vez que pode alterar e/ou adaptar atividades de acordo com a especificidade necessária. Um manual não substituiu o professor, por um lado, e o docente continuará a utilizar o manual, por outro.

Finalmente, e apesar de o manual evidenciar recorrentemente aspetos que se prendem com a cultura portuguesa, considera-se fundamental a apresentação de o espaço da lusofonia, sem que este se circunscreva unicamente a Portugal.

Referências

CONSELHO DA EUROPA. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* – Aprendizagem, ensino e avaliação. Tradução de Maria Joana Rosário e Nuno Soares. Porto: Edições Asa, 2001. (Col. Perspectivas actuais/educação)

DIRECÇÃO GERAL de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. *Provas de Aferição do Ensino Básico 4º, 6º e 9º anos – 2004: Língua Portuguesa Matemática: Relatório Nacional*. Lisboa: Ministério da Educação – DGIDC, 2005.

DIRECÇÃO GERAL de Inovação e Desenvolvimento Curricular. *Documento Orientador*. Lisboa: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.dgidc.min-edu.pt>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

TEIXEIRA, M. Leitura, Escrita e Gramática à Luz dos Normativos Legais. In: MARÇALO, M. J. et al (Org.) *Estudos de Língua Portuguesas - Ultrapassar fronteiras, Juntar Culturas*. Évora: Universidade de Évora, 2009. p. 95-116.